

Parte 1

II - Quadros Institucionais para a reprodução do Campesinato na Transamazônica

Alcione Sousa de Meneses

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MENESES, AS. II - Quadros Institucionais para a reprodução do Campesinato na Transamazônica. In: NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 59-78. ISBN. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

II

Quadros Institucionais para a reprodução do Campesinato na Transamazônica

Alcione Sousa de Meneses¹⁷

Neste artigo, analiso ações públicas e coletivas que vieram a produzir convergências de investimentos propiciadores da construção de quadros institucionais, todavia pautados na correspondente dotação de agentes sociais constituídos para garantir competências capazes de projetar recursos e serviços elaborados segundo percepção de mundo valorativa da posição de agricultores familiares. Pauto-me no estudo de investimentos políticos de colonos agricultores na região caracterizada como frente pioneira e genericamente definida como Transamazônica, no Sudoeste do Pará.

A viabilidade de constituição da condição social camponesa na região Transamazônica correspondeu à conjugação da intervenção do Estado e da ação coletiva de agricultores. Inicialmente por intermédio do projeto de colonização agrícola do Governo Federal; e depois pela adesão de agricultores que, no processo de sua própria instalação e reprodução, vieram a constituir, por ação mediadora, aparatos institucionais que minimizassem as dificuldades enfrentadas no cotidiano, mas que principalmente permitisse a projeção da vida social desejada, tal como esteve referenciada às respostas

¹⁷ Mestra em Ciências Sociais, Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Altamira. alcione@ufpa.br

coletivamente organizadas para responderem aos apelos de recrutamento circulados pelo governo federal.

Esse processo de criação de espaço social, para efeito deste artigo, revela os meandros da construção da trajetória de configuração daquela forma camponesa, portanto, perpassada por estratégias que conformam um campesinato construído segundo ideários específicos, elaborados em quadros institucionais que assentavam projetos oficiais de desenvolvimento. Mas não só: foram também se construindo segundo ideários diversos que, no apelo ao encontro de objetivos comuns, aqueles agricultores vieram a elaborar para si uma outra posição, outro ideário, em grande parte contraposto àquele que lhes foi apresentado. Nesses termos, a Transamazônica fora construída ou foi sendo apropriada como espaço territorializado, associado a formas de pertencimentos e a demandas voltadas para a construção da visibilidade social e política desses agricultores. Dentre elas, aqui destaco os investimentos na profissionalização e os procedimentos de legitimação do projeto político, ambos pautados na ambientalização de projetos de desenvolvimento e de práticas produtivas.

A Transamazônica dos Colonos

O processo de criação do espaço social legítimo e legitimador dos projetos coletivamente elaborados por colonos agricultores, isto é, que adotaram a forma camponesa, tal como configurada na chamada região Transamazônica, mais particularmente, na microrregião de Altamira/Sudoeste do Pará, distingue-se pelos investimentos na construção de quadros institucionais projetados para modelizar a prática do Estado segundo interesses imediatos e reprodutivos dos próprios agricultores.

Esses investimentos se iniciaram associadamente às ações públicas que fundamentaram a abertura da fronteira agrícola na Amazônia, na década de 1970, mediante a construção da BR-230 a Transamazônica. Esta ação governamental foi complementada pela colocação em prática do projeto de colonização agrícola denominado Programa de Integração Nacional/PIN.

Ao precário quadro institucional apresentado pelo Estado para colocar em prática esse projeto, os agricultores reagiram investindo em dotação de sentidos legítimos, calcados em suas experiências, desejos coletivos e projeção para inserção diferenciada de familiares. Ao lado do enfrentamento das condições adversas de produção e reprodução das famílias de agricultores, principalmente com a gradativa retirada da ação pública da então frente pioneira, diga-se de imediato, confirmando a inviabilidade socioeconômica daquelas políticas governamentais, os agricultores responderam com a produção de sentidos e ações diferenciadas para aquele projeto político.

Se a construção da Transamazônica e o prosseguimento do projeto de colonização foram abandonados pela ação pública, por descaso com os agricultores e seus familiares, assim lançados ao Deus dará, tal não correspondeu à perspectiva de tais agentes. Muitos deles, considerando a inviabilidade do retorno à região de origem ou do abandono de tantos sacrifícios, associados muitas vezes à descapitalização e ao empobrecimento, decidiram por reordenar o destino social fadado ao descaso e insucesso.

Neste texto, considero exatamente uma dessas reações dos agricultores, qual seja a luta para tornar realidade a construção de um espaço de produção e reprodução sociais. A análise centrada na compreensão de trajetórias constitutivas desse espaço social é aqui assumida como recurso metodológico fundamental: para pensar como as formas organizativas institucionalizadas correspondem à emergência da condição camponesa naquela região, quanto o seu gradativo reconhecimento em disputas concorrenciais. Para tanto, analiso as trajetórias em conformidade com as diversas posições sociais em que tais atores investiram, mas privilegiando dois momentos. O primeiro deles corresponde à constituição de quadros institucionais em conformidade com a imposição do projeto de colonização pelo Estado, contracenada pela gradativa organização coletiva de base comunitário-religiosa, configurada segundo a construção de representações coletivas em torno de um *nós*, de existência qualificada como real, por ser resposta à mobilização social e por alimentar os investimentos em novas mobilizações. O

segundo momento se distingue por ter se constituído tendo por base o sindicalismo rural. Caracterizou-se, portanto, pela consolidação desses quadros institucionais na barganha política por direitos da categoria socioeconômica. Trata-se, portanto, de dois movimentos que se efetivam reciprocamente: ações e projetos reivindicatórios de formas de inclusão na ação pública e, conseqüentemente, de modificação da mesma a fim de adequá-la aos interesses dos agricultores locais.

O espaço de formulação de projetos e demandas unificou e viabilizou desdobramentos porque se fez, sobretudo, pela constituição do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST). Deste movimento social mais amplo, outros desdobramentos e ações complementares emergiram tais como a criação da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que incorpora demandas socioambientais; e a escola Casa Familiar Rural (CFR), instituição pedagógica destinada à formação de mediadores pelo próprio campesinato. Portanto, espaços institucionais portadores de métodos e procedimentos capazes de reproduzir o sistema de crenças e visões de mundo de agricultores, constituídos na contraposição à pecuarização da agricultura e pela incorporação da ambientalização de projetos e práticas produtivas, nesse caso, enquanto referências fundamentais ou *ethos* revelador e objetivador da referida escola.

O espaço social assim constituído também se apresentou como meio de interligação dos agentes mobilizados para um projeto coletivo de gestão de sua existência nessa região Transamazônica, conhecidos e reconhecíveis, como advoga Bourdieu, pelas diferenças contrastivas, que assim funcionam como signos distintivos e de distinção, manifestados como princípios de divisão no/do espaço e de visões de mundo.

Esse espaço social constituído por tais agentes abarca campos sociais onde se tecem relações e estruturam-se posições que configuram aquela própria existência social diferenciada. Para o caso estudado, destaco o *campo político* (representado pelas organizações sociais/sindicais e pelo Partido dos Trabalhadores (PT)), o *campo religioso* (representado pela Igreja Católica), o *campo*

científico-acadêmico expresso pela presença de instituições de pesquisa como o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Aos processos de constituição desses interligados campos sociais, corresponderam outros tantos de territorialização, cujas práticas sociais desenham estratégias de reprodução do grupo mediante recursos/capitais agregados pelos agricultores à visibilidade da especificidade de objetivação da Transamazônica. Eles correspondem, assim, à definição de pertencimentos identitários que tornaram possível a constituição de quadros institucionais emergidos do diálogo entre ação coletiva e ação pública.

Nos processos de territorialização desencadeados pela ação coletiva, inscreve-se a criação de mecanismos políticos de reivindicação e de intervenção por meio de “projetos de desenvolvimento regional”. Enfim, investimentos políticos que por sua vez aglutinam as expressões dos investimentos na constituição de trajetórias da ação coletiva, redefinindo espacializações e incorporando novos atores sociais, tanto os que se apresentavam como parceiros, dados os interesses convergentes, como aqueles que quiseram ser reconhecidos por demandas pautadas em interesses contrastivos. Nas duas modalidades de elaboração de projetos, emergem como formulação pública, alguns dos problemas sociais que tornavam visíveis as fontes de precariedade e de instabilidade da condição camponesa, simultaneamente as suas reivindicações e/ou proposições.

Como recurso analítico, considero ação pública os sentidos projetados pelas políticas públicas, os projetos e os programas governamentais/estatais. E por ação coletiva, o conjunto de investimentos postos em prática mediante a formalização de quadros institucionais criados pelos agricultores. Ela consiste na variedade de tipos de ação social no cenário político, econômico e institucional, englobando “[...] desde as manifestações elementares da ação de massa [...] até àquelas marcadas pela presença de estruturas organizacionais racionalmente concebidas para a consecução de fins.” (AZEVEDO; PRATES, 1991, p.124).

Valho-me da ideia de ator social para referir-me ao conjunto de agentes coletivos que assim se constituem pelo pertencimento

a organizações sociais de diversas formas e que atuam com conotação política e/ou cultural. Como agentes, visam, por conseguinte, à dinamização do campo social, pois se inserem nas relações sociais transformando-as (em níveis variados) (TOURRAINE, 1994). Usarei a nomenclatura de ator social ou de organização social para referir-me ao conjunto de associações de produtores rurais, cooperativas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), MPST, FVPP, LAET, dentre outras formas de organização social que têm institucionalidade fundada na ação coletiva. Assim sendo ou por esta perspectiva analítica, a categoria *ator social*, como aqui assumida, aproxima-se da ideia de agentes sociais correspondente às estruturas mobilizadas que assumem posições nos diferentes campos do espaço social; operam a partir das espécies de capitais pelos quais se posicionam (BOURDIEU, 1989).

Quadros Institucionais Públicos e Resistência Organizada: a mediação do Estado, da Igreja e do Sindicato

A territorialização da região Transamazônica é um processo que tem como marco a década de 1970, momento no qual se efetiva uma intensificação demográfica, resultante de um conjunto de políticas ligadas ao movimento de expansão da fronteira amazônica e desencadeado pelo Estado, expressiva de sucessão migratória dirigida (VELHO, 1979), via ocupação horizontal da abertura de estradas e projetos de colonização, para expansão econômica brasileira fundada em mega projetos, cuja finalidade era viabilizar a industrialização em larga expansão no contexto de regime militar. Os agentes da ação coletiva, na região polarizada por Altamira, conformam, como já destaquei, um grupo cuja posse da terra deuse com o projeto de colonização.

Nas representações dos agricultores entrevistados, a estrada Transamazônica e o projeto de colonização, viabilizadores da conquista da terra, são valorados como marcadores da ideia de “uma nova era”: no que se refere às possibilidades de melhores condições de vida e trabalho na agricultura, bem como uma espécie de ilusão, engano propagandeado pelo Estado, revestido de promessas

não cumpridas. Ambos teriam funcionado como fatores de atração da migração. A fronteira agrícola constitui-se, portanto, em importante marco da *campenização* e, por vezes, de *recampenização* no Brasil; mesmo que dentro de uma lógica perversa de reprodução do capitalismo (VELHO, 1979).

As condições de chegada à região deram-se basicamente de duas formas: por meio do cadastro e assistência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou de forma “espontânea”, por meio de locação de caminhões praticada por grupos de famílias vizinhas e/ou parentes:

Eram 12 famílias, se conheceram no caminho [...] só queriam [os servidores do INCRA] gente que tivesse de 4 filhos pra cima [...] nós viemo, quando nós saímos de Goiânia até Anápolis, a gente parecia que ia pro céu! Chegemo nesse meio de mundo em 71, avistemo que essa estrada não era assim tão boa. [...]. Aí jogaram nós dentro de Altamira. (Colono Pioneiro 1. Ano de chegada: 1971- Informação verbal).

Os meados da década de 1970 e, principalmente, os anos iniciais da década de 1980, na Transamazônica, coincidem com o auge da recessão provocada pela crise do modelo de intervenção estatal via projeto de colonização agrícola. O projeto de colonização fora abandonado pelo Governo Federal, ficando as famílias de migrantes enfrentando as dificuldades de sobrevivência a partir das relações de parentesco, redes de vizinhança e laços de conterraneidade (HÉBETTE, 2002).

A essas redes de solidariedade entre grupos familiares, somam-se, aos poucos, os grupos de vizinhos organizados pela Prelazia do Xingu mediante as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cuja finalidade fora discutir os direitos dos agricultores e a questão fundiária, bem como realizar a alfabetização dos migrantes e seus filhos (em experiências quase informais, dada a ausência do Estado). A Igreja Católica cumpriu a tarefa de organizar essas famílias nas vicinais e, gradativamente, a ação sindical somou-se a essas

organizações informais, constituindo um espaço semipúblico de resistência e elaboração de projetos coletivos em pequena escala, construídos com o apoio das autoridades religiosas, cujos recursos financeiros advinham da solidariedade internacional das igrejas e de relações pessoais de religiosos (HÉBETTE, 2002).

Dessa forma, pela aglutinação dos colonos em torno dos debates sobre seus direitos trabalhistas, própria da ação sindical, das celebrações religiosas, bem como da escolarização inicial dos migrantes e seus filhos, deu-se o início de uma espécie de *comunidade política*, neste tempo-espaço orientada pela atuação militante, ao mesmo tempo política e religiosa, capaz de construir a força política mobilizadora da ação coletiva em torno da identidade coletiva de *trabalhadores rurais* junto à de *colonos*. A autoidentificação, a partir de uma organização própria e contrária à definição circulada pelo Estado, manifesta um projeto coletivo de resistência a partir do ‘trabalho de base’. Este trabalho repercutiu em trocas de serviços mais amplos como hortas comunitárias, ‘jornalzinho’, máquinas comunitárias, cantinas e Revendão Comunitário, até o início de mobilizações para a tomada dos STR, no contexto percebido como orientado pelo caráter patronal.

A retirada da ação pública, em 1975, (com o fim do I PIN) desencadeou a construção de ações mais integradas e organizações mais formalizadas para o enfrentamento dos problemas estruturais na região, para o que a organização sindical, já apontada pela ação pastoral como caminho necessário, mostrou-se como possibilidade concreta contra o abandono da ação pública e, ao mesmo tempo, contra a função de vigilância política e clientelística de que se revestiam as ações dos STRs, coordenados por políticos e fazendeiros aliados do projeto político objetivado na Ditadura Militar. Assim, foi se formando, na região, a Corrente Sindical Lavradores Unidos (CSLU), enquanto primeira ação coletiva com forma organizativa mais próxima de uma estrutura institucional e específica dos camponeses, cuja rede de relações se espacializava pela Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163).

Neste quadro, assiste-se gradativamente à configuração de um campo de ações regionalizadas, em que os marcos referenciais

político-organizativos e religiosos da ação coletiva vão incorporando um conteúdo e demandas mais classistas e sindicais, principalmente em meados da década de 1970 e marcadamente na década de 1980. Entre 1987 e 1991, em intenso movimento social via encontros regionais de lideranças, grupos de agricultores e demais grupos urbanos, como professores, empresários e prefeitos de diversos municípios, discutiam o projeto de colonização e formas de reivindicar ações públicas para enfrentamento do quadro de abandono que repercutia na impossibilidade de permanência e sobrevivência na região. O primeiro encontro regional visando a mobilizar os grupos constitutivos da população da Transamazônica a partir dos agricultores ocorreu em julho de 1987, no atual município de Medicilândia.

Dentre os objetivos desse encontro, estava a busca de saídas para recuperar o Projeto de Colonização, o que impunha a necessidade de ações reivindicativas, mas também a formulação de propostas, dada a ausência quase plena da ação pública. Com isto, nas deliberações já se apresentava uma das características que as organizações assumiriam como mediação para o diálogo *propositivo-reivindicativo* com o Estado, em contexto cuja conjuntura em plano nacional sinalizava ações institucionalizadas dada a parceria com o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a saber, as pesquisas e o conhecimento sistematizado. A estrutura de legitimidade da ação coletiva associou, assim, a credibilidade das proposições a partir de resultados de pesquisa. Este foi o encaminhamento do primeiro encontro regional, a partir do qual se realizou um diagnóstico socioeconômico, em 1987, pelos então agentes do “Movimento Vida na Amazônia” (famílias de colonos, sindicalistas, professores, membros da Igreja Católica), entre os trechos de Pacajá a Itaituba e trechos da Rodovia Cuiabá-Santarém. Dentre os problemas tornados públicos a partir deste diagnóstico, alguns podem ser revelados nos dados a seguir apresentados: havia nove médicos na região para uma população de 500 mil habitantes, atuando num raio de 1000 km de distância; havia 2.840 km de estradas vicinais habitadas sem conservação; nenhum município dispunha de energia elétrica (com exceção de Altamira, mas de forma precária).

Na culminância da sequência dos encontros regionais, em 1989 é criado o MPST, entidade representativa dos diversos grupos sociais da região, sob a liderança dos colonos agricultores organizados em Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com a parceria estratégica local/regional do “grupo dos professores” (que posteriormente viria a formar, na região, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP), e da Igreja Católica, mais precisamente, da Prelazia do Xingu. O espaço público das organizações sociais se fortalece significativamente também no cenário nacional, seja com os pares estratégicos como Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), CUT e Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), seja ainda na esfera político-partidária, tendo em vista a consolidação gradativa do PT com o qual dialogavam as lideranças do MPST e seus pares estratégicos.

Nessa *conjuntura* e com a legitimidade da pesquisa que fundamentou o diagnóstico socioeconômico, deu-se a construção do 1º Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT) em 1991, então sistematizado no Grande Acampamento da Transamazônica, realizado em Altamira, no início de junho daquele ano, com a participação efetiva de diversos grupos sociais, representativos de nove dos municípios de influência da BR 230 e da BR 163. Atribui-se ao PGDT o caráter de formulação de primeira política pública na região, cujas ações tiveram importantes repercussões: no contexto de precariedade da educação escolar, foram implantados, pela Secretaria Estadual de Educação, o Projeto Gavião I e II, para capacitação de professores nos níveis de primeiro e segundo grau em todo o Estado; e unidades de Ensino Supletivo em Altamira, Medicilândia e Uruará. Por esses projetos, o Estado se responsabilizava pelo pagamento de professores e a comunidade pela estrutura física.

Os agentes das organizações sociais e demais produtores rurais apresentam, reportando-se a essa trajetória, um eloquente discurso fundador, seja de comunidades nas vicinais, seja das delegacias sindicais e do STR. Eles repassavam a ideia de que a região foi criada a partir da relação com o projeto fracassado de colonização e da

Transamazônica (a BR tomada ao modo de uma região), no sentido de que a conquistaram, dividiram e a nomearam como resultado das organizações sociais da agricultura de base camponesa. Eles mobilizam esse discurso e/ou sentimento quando falam de si como “nós, os companheiros, colonos da Transamazônica”:

Desde o começo, o finado pai foi colono da Transamazônica, ele foi fundador de comunidade, ele era muito ligado a questão religiosa, da igreja, sempre ele era uma liderança, fundou 3 comunidade, desde quando começou a discussão sobre sindicato aqui, eu fui o primeiro tesoureiro da delegacia sindical (Colono Pioneiro 2. Ano de chegada: 1974 – Informação verbal).

Observa-se, na trajetória dos agentes entrevistados, bem como nos documentos das organizações sociais, que se nomear e tornar-se visível enquanto ‘colonos da Transamazônica’ e/ou trabalhador rural revestia-se e ainda se reveste, especialmente em situações públicas da ação coletiva, de uma autorização para falar em nome de uma coletividade criada e abandonada pelos órgãos públicos. Essa denúncia lhes atribui legitimidade e conhecimento coletivo para mobilizar-se, pois que a crença subjetiva da afinidade de origem tornava os colonos entes comuns e, na relação com o Estado e/ou com grupos economicamente adversários, agregava-os enquanto classe mobilizada e mobilizável. A identificação ‘colonos da Transamazônica’ é tomada como critério político para autonomia do grupo e como princípio de pertinência ao local, o que igualmente se revestiria de *poder simbólico*, por construir a unidade interna do grupo e tornar seus membros autorizados para constituir uma visão de mundo e constituir posição para ação no jogo social.

Em uma segunda fase dessas ações regionalizadas com relações institucionais e políticas em âmbito nacional, o MPST e seus pares estratégicos propõem, enquanto projeto de desenvolvimento regional, a retomada do Projeto de Colonização em outras bases; lançando-se o desafio de um novo projeto de desenvolvimento

alternativo para a Transamazônica tendo como demanda a redefinição de créditos agrícolas e políticas públicas na área de saúde, educação, estradas.

Consolidação de Quadros Institucionais: o desafio da profissionalização e da ambientalização

No final da década de 1980 e início da década de 1990, alguns fatos econômicos e políticos caracterizadores das práticas produtivas na agricultura concorrem para a construção pública de problemas sociais tornados visíveis sob a mediação de grupos de pesquisa em parceria com as organizações dos agricultores: o declínio produtivo dos sistemas de produção e demanda por formação técnica profissionalizada para o enfrentamento dos constrangimentos ambientais e para constituição de agentes identificados com a luta política, a fim de ocupar aqueles quadros institucionais assim demandantes de saber acadêmico/escolar.

Dentre os motivos daquele declínio dos sistemas de produção, estão os baixos preços, as doenças nas plantações (como vassoura-de-bruxa e *fusarium*) e a desqualificação do cacau amazônico, considerado refugio na classificação nacional, de tal modo que, em 1988, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) retirou o fundo de apoio a essa cultura. Ademais, a ausência de créditos agrícolas para os pequenos produtores resultava no uso ampliado do recurso terra, [...] fator (que) provoca a venda da terra, a migração e novos desmatamentos (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p.192).

Nessa *conjuntura*, a partir de 1991, para se colocar na negociação com o Estado por créditos agrícolas, sobretudo do FNO, o MPST, articulado regional e nacionalmente com diversos movimentos constitutivos dos interesses do campesinato, encampou um ciclo de mobilizações de massa, através dos “Gritos do Campo” (I, II e III), “Grito dos Povos da Amazônia” e “Grito da Terra Brasil”. Segundo Ribeiro (2003, p.40), a Transamazônica foi a região no Estado do Pará que mais contratou financiamentos do FNO Especial. Este fundo é comumente avaliado como uma das maiores conquistas

por esse quadro institucional da década de 1990, pois garantiu a permanência das famílias nos lotes.

Ao lado dessas conquistas, a já necessária estrutura institucional das organizações sociais demandava um quadro específico de profissionais para assistência e/ou apoio técnico, demanda que se intensificou desde o início das primeiras parcelas dos créditos agrícolas em 1992. Desta forma, forçadas pela evolução diferenciada dos estabelecimentos agrícolas, pois, capitalizadas pela pecuarização via FNO, e pela estrutura de legitimidade institucionalizada, sobretudo do MPST, as organizações buscaram a parceria com entidades e órgãos de pesquisa passíveis de atender a essas demandas que a Fundação FVPP, criada em 1991, já não atendia. Refletia-se, sobretudo, acerca de maneiras mais eficientes de fazer avançar as propostas do PGDT, demarcando um projeto de desenvolvimento, não mais apenas de sobrevivência.

Esses seriam os conteúdos mobilizadores da constituição da parceria com o Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET), celebrada entre MPST-STRs e o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET/UFPA), em 1993, para o qual se previa um Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento a fim de desenvolver pesquisas técnico-científicas orientadas para as demandas da agricultura familiar. Esse programa foi, então, financiado pela Comunidade Europeia, por meio da Cooperação franco-brasileira, no período de 1993 a 1999. O arranjo institucional constitutivo dos novos parceiros estratégicos iniciou-se em 1992, a partir das aproximações com o Centro Agro-ambiental do Tocantins (CAT). A partir de 1993, deu-se a constituição do LAET, em parceria com a EMBRAPA, a Universidade Federal do Pará, com instituições internacionais, sobretudo o Groupe de Recherches et d'Echanges Technologiques (GRET), cuja atribuição era coordenar o Projeto PAET e garantir/colocar profissionais à disposição do LAET. Desde o início, a parceria previa principalmente a promoção do desenvolvimento regional de forma ambientalmente sustentável, tal como era a influência do órgão financiador. As atribuições do LAET consistiam em realizar pesquisa de base e desenvolver tecnologias alternativas.

Na confluência desses acontecimentos, em 1993 é realizado pelo LAET, então principal parceiro de diálogo dos atores sociais do campo, a pesquisa-diagnóstico sobre o “Futuro dos Jovens do Campo na Transamazônica”. De forma recorrente, os documentos oficiais e trabalhos acadêmicos referem-se a este diagnóstico como o instrumento que expôs, de forma sistematizada, um problema sucessório na agricultura familiar, explicitado pelos seguintes dados: em todos os municípios pesquisados, as famílias possuem em média 4 a 5 filhos, destes, em média 2 ou 3 pretendem ficar na agricultura. Segundo a avaliação do LAET, este número de jovens que projetam permanecer no campo é baixo, considerando a necessidade de mão-de-obra familiar na agricultura (STR; FETAGRI, 1999, p.20-22).

Chama atenção o fato de os documentos apontarem, a partir dessa emergência do ‘problema da sucessão’, para a introdução da demanda de formação de *jovens rurais* no Programa Agroecológico da Transamazônica, o qual mediava a relação LAET e MPST como instrumento para o desenvolvimento do campo. A isso se acrescentava a possível incorporação da sustentabilidade ambiental, ainda que mais presente enquanto ideal para as lideranças do que para as famílias.

No âmbito nacional, dois fatos contribuem para uma possível diferenciação na agricultura, também marcada pelas exigências de profissionalização e de certa ambientalização – características que se coadunam com as tensões acima mencionadas, bem como as saídas visualizadas pelas entidades de pesquisa em torno da intensificação dos sistemas de produção. Este contexto local e nacional, conforme se vê, levou a quadros de emergência de expectativas em torno dos jovens (mas também dos agricultores como um todo), para além de sua permanência no campo: trata-se de uma permanência em que a educação escolar figura como uma mediação necessária.

O primeiro fato alude às políticas de crédito agrícolas (nas quais, o FNO especial e posteriormente – em 1996 – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF são criados) que se querem redefinidoras do desenvolvimento rural no Brasil. Se, por um lado, estas atribuem visibilidade à agricultura familiar, por outro, impõem dinâmicas diferenciadas às práticas

dos agricultores de base camponesa, tanto pela exigência formal da profissionalização dos mesmos para inserção nos mercados agropecuários, em que a escolarização é posta como meio de acesso a este ideal, quanto pelas exigências tácitas através dos discursos do *campo político*, em que a agricultura familiar é concebida como o “maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica” (MATTEI, 2006, p.13).

O segundo fato se correlaciona com a presença ‘ambientalizada’ da parceria PAET na Transamazônica; e diz respeito às discussões no campo acadêmico, notadamente na década de 1990, no Brasil, acerca da agroecologia, bem como com as apostas em termos de militância política em voga desde a década de 1980 e endossada a partir desse *campo* como condição para efetivar-se o ideal de produção agrícola econômica e ambientalmente sustentável, que exige capacidade gerencial, aptidão à diversificação de culturas e à preservação dos recursos naturais.

Por certo, contribuíram para esta ambientalização os recursos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP/G-7) – considerado o maior programa em iniciativas socioambientais no Brasil, – bem como as mudanças recém-introduzidas com as políticas territoriais do Estado. Inicia-se neste contexto, sob a coordenação da FVPP, a denominada fase de experimentação de projetos agroecológicos nos municípios, chamados de Projetos Demonstrativos. Com recursos do MMA e PP/G-7 (liberados a partir de 1999), esta fase teve como principais ações o Projeto Roça Sem Queimar, as Reservas Comunitárias de Porto de Moz, e o Projeto de Valorização e Conservação das Reservas Florestais Legais, nos lotes dos pequenos produtores rurais. Dentre as finalidades do MPST e FVPP, está a difusão de novas técnicas de uso da terra e dos recursos florestais.

Seguramente, isto influenciou a mudança, em 2000, da nomeação MPST para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o que se afigura como uma forma de colocar-se e/ou manter-se no jogo social, desfrutando e disputando os *capitais* (simbólicos, materiais/financeiros, sociais) que as nomeações legítimas representam.

Trata-se, portanto, da ambientalização das práticas sociais dos agentes coletivos enquanto um processo sociopolítico em que as ações e relações dos agentes passariam a ser pautadas pelas questões ambientais, preocupação moral com a natureza e a relação do homem com a mesma; preocupação esta definida por Lerrère (1997) como o ‘bom uso da natureza’, o qual decorre da construção e/ou ampliação do padrão de preocupação moral com os recursos naturais.

É nesse contexto que a gestão política da reprodução do grupo de agricultores coloca, em questão, a educação escolar universal. A baixa oferta de alternativas pelo sistema escolar na zona rural não atenderia às demandas e aos interesses específicos de profissionalizar os agricultores familiares em bases agroecológicas, isto é, enquanto procedimento que viesse a propiciar a permanência deles no campo; bem como não promoveria a identificação das novas gerações com a ideia-valor ‘luta’, referendada na ação coletiva projetiva de destinos sociais aglutinados por organizações sociais, mas definida em consonância com *habitus de classe*. Assim, uma das importantes ações do conjunto de atores foi a criação, em 1995, das casas familiares rurais, com especificidade sociopolítica orientada por esses atores e destinada à formação dos filhos dos agricultores, especialmente os que apresentavam participação na trajetória de constituição de quadros institucionais, visto que tal engajamento constituía um dos requisitos para seleção dos jovens mobilizados ou mobilizáveis.

Estariam *em jogo*, nas finalidades atribuídas à CFR, dois interesses sociais e resultados possíveis: 1) a passagem das *propriedades intrínsecas e relacionais* constitutivas da trajetória do grupo a estados objetivados, homologados e publicizados em forma de *esquemas práticos*, ao modo de um *habitus de classe*; 2) a atualização das regras de sucessão pela necessidade do capital escolar/técnico no gerenciamento dos lotes, bem como de sucessão nos cargos de coordenação demandantes de agentes com espécies de capitais distintos dos possuídos pelas primeiras lideranças.

Com a ampliação de ações com retornos objetivos para os agricultores, dentre outros grupos da Transamazônica, a partir do

acesso aos recursos financeiros circulados pelo FNO, PRONAF e PP/G-7, bem como com a rede de formação via CFRs, o MPST/MDTX e seus pares estratégicos, constroem-se princípios de legitimidade conquistada no contexto regional e nacional. Por esse movimento social, foram constituídos interlocutores indispensáveis nas diversas instâncias públicas, quer sob ações reivindicativas, ou em função de sua capacidade de influenciar as decisões políticas (HENCHEN, 2002). Os interlocutores conquistaram essa posição tendo em vista o *capital social* constituído junto aos agricultores e demais atores sociais, bem como junto às instâncias da ação pública como prefeituras, câmara de vereadores, universidades, INCRA, etc.

Considerações Finais

A análise por mim ensaiada põe, em relevo, a constituição de quadros institucionais como condição fundamental para elaboração coletiva de projetos e destinos sociais que promovam o reconhecimento de uma categoria profissional. As estratégias postas em prática pelos atores têm criado as condições de resistência e de mudança que contextualmente desenhem atributos importantes para o campesinato, ou seja, potencialmente legitimadoras da trajetória coletiva projetada e de sua própria continuidade. Colocar, em relevo, esses processos o é também endossar críticas já reconhecidas no campo acadêmico, que colocam, em questão, as análises tradicionais que preveem o fim das formas camponesas diante do avanço das formas produtivas capitalistas/industriais, mesmo que elas venham sendo referência para grande parte da ação pública.

(1) A primeira característica advém do fato de o tipo de rede de relações constitutivas da posição do campesinato alcançar configurações parcialmente autônomas em relação à sociedade envolvente, tal como demonstra a recorrente criação do papel ou função de mediadores, sejam técnicos para prestação de serviços, sejam políticos. Em quaisquer das situações, o lugar social desses mediadores consiste na articulação entre atores e campos sociais para construção de direitos e recursos. No mais das vezes, tais

direitos correspondem ao atendimento de interesses específicos, por isso mesmo, capazes de tornar democrática a ação pública e provocar transformações nas relações de poder (NEVES, 2008). Os mediadores mantêm o contato com universos reconhecidamente exteriores, para conhecê-los, enquanto barganham benefícios (econômicos, políticos...).

(2) Esta tendência de constituição de redes pela ação de agentes mediadores, no campo de lutas do campesinato, vem se fundamentando em construção de trajetórias econômicas e políticas e/ou conquistas de espaços coletivos e públicos, cuja origem e atuação tradicionalmente aparecem referendadas em espaços identificados pela territorialidade urbana. A construção de rede de relações tem possibilitado o deslocamento do espaço geográfico das lutas do campo para a cidade. Neste caso, trata-se da *cidade política* e/ou da *cidade econômica* (LEROY, 1991), reconhecimento que fundamenta as lutas pela quebra do relativo isolamento físico e social, além de articular as lutas travadas localmente com as grandes questões nacionais e internacionais.

Referências

AZEVEDO, S.; PRATES, A. Planejamento participativo movimentos sociais e ação coletiva. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice, p.122-152, 1991,

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

HÉBETTE, Jean et al. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, p. 203-232, 2002.

HENCHEN, Mário José. **O diálogo com relação entre agricultores e pesquisadores: as experiências do PAET na Transamazônica**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Belém: UFPA, 129 p., 2002.

LARRÈRE, C.; LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza: para uma filosofia do meio ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LOPES, J. (Coord). A “ambientalização” dos conflitos sociais. Introdução. In: LOPES, J. (Coord). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política: UFRJ, p.17-40, 2004. (Coleção Antropologia a Política, 29).

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SABLAYROLLES, P.; ROCHA, C. (orgs). **Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Transamazônica**. Belém: AFATRA, 2003.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VELHO, O. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.